

Congresso quer debate nas férias

BRASÍLIA — O Congresso Nacional encerrou ontem as atividades do primeiro semestre deste ano. Prevendo que a agenda de discussões das reformas constitucionais será ainda mais intensa no segundo semestre, líderes governistas e da oposição querem aproveitar o mês de julho para ampliar as negociações e realizar debates. Em pauta, a medida provisória da desindexação, as propostas de reforma tributária e administrativa, além dos projetos de lei regulamentando as emendas da reforma econômica.

“O recesso vai permitir que o governo e seus aliados acertem os últimos detalhes das próximas etapas das reformas que começam a tramitar no Congresso no início de agosto”, disse o líder do governo no Congresso, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS). O líder do PFL na Câmara, Inocêncio Olivei-

ra (PE), sugere que o presidente Fernando Henrique Cardoso aproveite o recesso do Legislativo para discutir a reforma tributária com governadores e prefeitos. “Assim, queima-se uma etapa e a emenda chega aqui em ponto de bala”, diz Inocêncio.

Debates — A oposição também quer debates no recesso legislativo. Parlamentares do PT, PDT e PC do B defenderam ontem a realização de debates para discutir a medida provisória da desindexação. “Não podemos adiar a discussão de um assunto tão complexo, que mexe no bolso do trabalhador”, afirmou o deputado Paulo Paim (PT-RS), que apresentou ontem 51 emendas à medida provisória da desindexação. O presidente da Comissão de Trabalho da Câmara, Wigberto Tartuce (PP-DF), já pretende realizar um ciclo de de-

bates, este mês, para discutir o assunto.

* 4.11.1995

A preocupação dos líderes do governo para acertar o calendário do segundo semestre procede, já que a agenda promete ser movimentada. No Senado, serão concluídas as votações, em segundo turno, de quatro emendas constitucionais: empresa nacional, gás canalizado, navegação de cabotagem e fim do monopólio das telecomunicações. A emenda do petróleo terá que passar por três votações: na Comissão de Constituição e Justiça e duas votações no plenário — com os votos favoráveis de três quintos (49) dos 81 senadores.

A maior concentração de assuntos, porém, será na Câmara dos Deputados, onde começarão a ser discutidas as reformas tributária e administrativa.